

## O PROGRAMA LER E ESCREVER NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: AS FALAS DAS ALUNAS PESQUISADORAS

### *THE PROGRAM TO READ AND WRITE IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS: THE SPEECHES OF RESEARCHERS*

AMANDA MARIA FRANCO LIBERATO<sup>1</sup>

*amandaliberato10@yahoo.com.br*

LIGIA DE CARVALHO ABÕES VERCELLI<sup>2</sup>

*vercelli.ligia@gmail.com*

#### RESUMO

Este texto apresenta o resultado de uma pesquisa de mestrado que teve por objetivo geral analisar a formação sob a perspectiva das alunas pesquisadoras em três Instituições de Educação Superior parceiras do Programa Ler e Escrever/Escola Pública e Universidade na Alfabetização/Bolsa Alfabetização do Governo do Estado de São Paulo. O universo da pesquisa foram três IESs privadas (A, B e C) localizadas na cidade de São Paulo, sendo as duas primeiras faculdades e a terceira, universidade. Como resultados constatamos que as alunas pesquisadoras das faculdades A e B recebem formação mais voltada aos aspectos administrativos, com poucas horas de estudo e reflexão dificultando a apreensão dos conceitos básicos referentes ao processo de alfabetização, mostrando-se inseguras quando imersas na escola, enquanto que as alunas pesquisadoras da universidade C recebem formação mais voltada aos aspectos pedagógicos, possibilitando que elas tenham maior contato com os autores que discutem a alfabetização numa perspectiva construtivista, levando-as a melhor compreensão dos conceitos e, conseqüentemente, dos procedimentos adotados pelas professoras regentes.

**Palavras-chave:** Programa Ler e Escrever • Formação de Alunos Pesquisadores • Instituição de Educação Superior

1 Mestre em Educação pela Universidade Nove de Julho. Pedagoga com especialização em alfabetização escrita e numérica. Professora das redes estadual e municipal de educação.

2 Doutora em educação. Graduada em Psicologia e Pedagogia com especialização em Psicopedagogia. Professora do Programa de Mestrado em Gestão e Práticas Educacionais (Progepe) na Universidade Nove de Julho (Uninove).

## ABSTRACT

This text presents the results of a master's research that had as general objective to analyze the training from the perspective of female students in three Institutions of Higher Education partners of the Program Read and Write / Public School and University in Literacy / Literacy Scholarship of the Government Of the State of São Paulo. The universe of the research was three private HEIs (A, B and C) located in the city of São Paulo, the first two are colleges and the third, university. As a result, the research students of the A and B faculties receive more administrative training, with few hours of study and reflection, making it difficult to apprehend the basic concepts related to the literacy process, being insecure when immersed in school. The research students of the C university receive training more focused on pedagogical aspects, enabling them to have greater contact with the authors who discuss literacy in a constructivist perspective, leading them to a better understanding of the concepts and, consequently, of the procedures adopted by the regent teachers.

**Key words:** Reading and Writing Program • Researcher Training • Higher Education Institution

## INTRODUÇÃO

Este texto apresenta o resultado de uma pesquisa de mestrado que teve por objetivo geral analisar a formação sob a perspectiva das alunas pesquisadoras<sup>1</sup> em três Instituições de Educação Superior parceiras do Programa Ler e Escrever/Escola Pública e Universidade na Alfabetização/Bolsa Alfabetização do Governo do Estado de São Paulo.

Buscamos responder as seguintes perguntas: Como ocorre a formação das alunas pesquisadoras nas universidades? Quais os temas abordados nessa formação? As discussões permitem que a aluna pesquisadora relacione teoria e prática pedagógica e se aproprie dos fundamentos da alfabetização?

O universo da pesquisa foram três IESs privadas, as duas primeiras faculdades e a terceira, universidade localizadas na cidade de São Paulo e os sujeitos foram seis alunas pesquisadoras que cursam Pedagogia, sendo duas de cada instituição. Utilizou-se metodologia de cunho qualitativo, utilizando a entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados, além de análise dos documentos oficiais que regem o referido Programa, a saber: Comunicado SE – 86 de 2007, Resolução SE – 86 de 2007, Decreto nº 51627 de 2007 e Resolução SE – 90 de 2008.

O Programa Ler e Escrever, na rede estadual, teve início em 2007, nas escolas da capital paulista, e está sob a coordenação da pesquisadora argentina Delia Lerner, referência no que diz respeito à alfabetização. A princípio, foram realizadas algumas ações a fim de envolver as Diretorias de Ensino da Capital; destacamos, então:

- a) Formação de gestores: encontros mensais de formação dos quais participaram Supervisores, assistentes técnico-pedagógicos (ATP) e Diretores de escola da capital. Nos encontros foram discutidos conteúdos que ampliam, para os gestores, as possibilidades de compreenderem, apoiarem, acompanharem, avaliarem e tomarem decisões visando à promoção da aprendizagem dos alunos;

- b) Formação pedagógica: encontros quinzenais com os ATP e Professores Coordenadores das escolas da capital com o objetivo de aperfeiçoar a didática de alfabetização e formação dos professores de suas escolas. (SÃO PAULO, 2013).

Em 2008, por meio da Resolução SE – 86, de 19 de dezembro de 2007, o Programa foi ampliado para a Região Metropolitana de São Paulo (RMSP), levando em consideração os resultados apresentados pelos alunos de Ciclo I na avaliação do SARESP 2005, quando se observou baixo desempenho no que diz respeito à leitura e à escrita, sendo importante maiores investimentos para a melhoria da qualidade de ensino nas séries iniciais.

No segundo semestre de 2007, adotou-se o Bolsa Alfabetização cuja finalidade era formar professores alfabetizadores para que o Programa se estendesse para todas as salas de aula em 2008. Por iniciativa do governo estadual, nesse mesmo ano, o Programa foi ampliado para a Região Metropolitana de São Paulo e, em 2009, para o interior e o litoral paulista. Atualmente, o Ler e Escrever atinge todas as escolas da rede estadual, bem como disponibiliza a todas elas os materiais necessários para a ação do programa.

Vale destacar que também no ano de 2007, o então governador do estado de São Paulo, José Serra<sup>2</sup>, lançou um plano para a educação paulista que apresentava 10 ações para atingir 10 metas até o ano de 2010. As metas 1 (Todos alunos de 8 anos plenamente alfabetizados) e 4 (Implantação de programas de recuperação de aprendizagem nas séries finais de todos ciclos (2<sup>a</sup>, 4<sup>a</sup> e 8<sup>a</sup> séries do Ensino Fundamental e 3<sup>a</sup> série do Ensino Médio)), corroboram os objetivos do Programa Ler e Escrever.

O Ler e Escrever não se limita a um programa de formação, ele é, acima de tudo, um conjunto de ações que inclui a formação das APs, além do acompanhamento em sala de aula, elaboração e distribuição de materiais didáticos, constituindo-se uma política pública do Ensino Fundamental I com objetivo de promover melhorias no processo de alfabetização da rede estadual paulista. Nesse sentido, Weisz (2010, p. 21) aponta que o Programa Ler e Escrever difere dos anteriores, pois,

[...] foi oficialmente assumido como política pública desde o seu início. Isto é, não era mais um grupo de educadores que se dispunha a, voluntariamente, fazer a diferença. Houve, por exemplo, a necessidade de mudar normas e legislação para garantir as condições de funcionamento minimamente necessárias. Só uma política pública poderia produzir material didático impresso (a tradição no Brasil é o Estado comprar material didático das editoras privadas para distribuir gratuitamente) para professores e alunos, tanto os das escolas estaduais como os das escolas municipais que se integraram ao Programa. E, como cabe a uma política pública, o Ler e Escrever não está focado na formação em serviço dos professores individualmente, mas foi pensado como um conjunto de ações cujo objetivo é fazer avançar a qualidade do ensino oferecido em cada escola.

O Programa Ler e Escrever elaborou materiais didáticos e pedagógicos para professores e alunos do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, comumente conhecidos como Guia de Orientações Didáticas (professores) e Coletânea de Atividades (alunos), além de desenvolver formação continuada a fim de acompanhar o trabalho pedagógico das escolas, por intermédio

dos coordenadores, gestores e pela equipe de formadores das Diretorias Regionais de Ensino.

De acordo com Ler e Escrever, para que ocorra uma ação em prol da melhoria da alfabetização, o referido Programa envolve a estrutura da Secretaria do Estado da Educação (SEE), a saber: Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas (CENP), Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo (COGSP) e as Diretorias Regionais de Ensino (DRE), além da equipe gestora: supervisores, professores coordenadores das oficinas pedagógicas (PCOPs) e diretores de escolas. Podemos inferir que o envolvimento de todos os membros da escola, participando de reuniões mensais, discutindo conteúdos que ampliem as possibilidades de compreensão, apoio, acompanhamento e avaliação para a tomada de decisões voltadas à aprendizagem dos alunos, colabora com o corpo docente e com o professor coordenador (PC) na árdua tarefa de alfabetizar.

### PROJETO ESCOLA PÚBLICA E UNIVERSIDADE NA ALFABETIZAÇÃO/BOLSA ALFABETIZAÇÃO E O PAPEL DO ALUNO PESQUISADOR

O Projeto Escola Pública e Universidade na Alfabetização – Bolsa Alfabetização criado pelo Decreto 51.627 de 1º de março de 2007, consiste em uma das principais ações do Programa Ler e Escrever, cuja proposta prevê a participação de estudantes dos cursos de Pedagogia e Letras nas salas de alfabetização (classes de PIC e 2º ano/1ª série), comumente conhecidos como alunos pesquisadores, em conjunto com professores da rede pública estadual. Os alunos pesquisadores auxiliam os professores regentes no atendimento às crianças em processo de alfabetização e na organização das aulas, caracterizando, assim, o segundo professor em sala de aula.

O Projeto Bolsa Alfabetização foi estruturado com o propósito de discutir, junto às instituições formadoras, problemas relacionados à didática de alfabetização, que trazem questões vivas e candentes da prática educativa em sala de aula, para que se constituam conteúdos da formação inicial dos professores. (SÃO PAULO, 2013).

Assim, o governo, em seu discurso, refere-se ao aluno pesquisador como sendo um segundo professor nas salas de alfabetização, e, no entanto, a realidade é diferente, pois os APs chegam às salas de alfabetização sem conhecimento prévio da prática docente, uma vez que alguns deles ainda estão no início da graduação e desconhecem as disciplinas voltadas à didática e metodologia do ensino.

Destacamos o Projeto Intensivo do Ciclo I (PIC), cujo objetivo é alfabetizar as crianças, de 3º a 5º ano, que estão em defasagem, uma vez que não desenvolveram as competências de leitura e escrita nos anos iniciais. Essa iniciativa visa garantir que todos os alunos concluam o Ciclo I do Ensino Fundamental alfabetizados. Destacamos que se trata de um projeto emergencial, uma vez que o Programa Ler e Escrever, se realizado efetivamente, torna o PIC desnecessário.

Em 08 de dezembro de 2008, a Resolução SE-90 veio aperfeiçoar e expandir o Programa Bolsa Alfabetização, por meio de nove artigos, a saber: o artigo primeiro afirma a expansão do Programa para as escolas do interior do Estado a partir de 2009; o segundo trata da parceria

firmada entre a Secretaria da Educação e as Instituições de Ensino Superior no que tange à execução do Plano de Trabalho, ressalta que o plano de trabalho das IESs deve estar de acordo com os moldes estabelecidos pelo presente documento e aponta que a Equipe de Gestão Institucional do Bolsa Alfabetização é responsável pela aprovação ou não desse Plano de Trabalho; o terceiro artigo trata de questões como o repasse da bolsa aos participantes e enfatiza a troca de experiências, avaliações, orientações, desenvolvimento e acompanhamento do Plano de Trabalho; o quarto, apresenta os deveres das IES; o artigo quinto aponta as atribuições do aluno pesquisador; os demais artigos tratam de questões burocráticas referentes ao Programa.

O Projeto Bolsa Alfabetização propicia a vivência empírica do estudante dentro de uma sala de aula de alfabetização, podendo relacionar a teoria aprendida na graduação com a prática.

A proposta do Programa Bolsa Alfabetização é que as alunas pesquisadoras façam uma análise crítica da realidade comparando se a formação que recebem na IES vem ao encontro das propostas dos documentos oficiais, e o intuito é instiga-las a pensar na alfabetização como processo, além de oferecer os instrumentos técnicos necessários. “[...] Portanto, além de atuar efetivamente na melhoria das condições de alfabetização oferecidas às crianças do ensino público paulista, o Programa contribui para a formação de futuros professores para o Ensino Fundamental. [...]”.(SÃO PAULO, 2013).

*O espaço de formação do aluno pesquisador é entendido como terceiro espaço, pela ótica de Zeichner (2010), pois propõe o diálogo entre a Educação Básica, na qual atuam as APs, e o ensino superior. Esse conceito vem ao encontro de um dos objetivos primordiais do Projeto Bolsa Alfabetização. Para o autor, esse conceito significa:*

[...] uma rejeição das binaridades tais como entre o conhecimento prático profissional e o conhecimento acadêmico, entre a teoria e a prática, assim como envolve a integração de novas maneiras, do que comumente é visto como discursos concorrentes – em que uma perspectiva do isso ou aquilo é transformada num ponto de vista do tanto isso, quanto aquilo (ZEICHNER, 2010, p. 486).

Assim, tal espaço deve proporcionar o diálogo entre a teoria e a prática e propor novas possibilidades de aprendizagem para os professores em formação inicial. Para que isso ocorra, entendemos que as discussões nas reuniões de formação devem apontar que os materiais disponíveis são apenas recursos e que não devem fazer com que o professor perca sua autonomia, pelo contrário, oferecem pistas para que ele possa elaborar outros materiais a fim de atingir seus objetivos. Os livros dos alunos são recursos didáticos que não se limitam em si mesmos.

O Projeto Escola Pública e Universidade na Alfabetização – Bolsa Alfabetização permite que a aluna pesquisadora participe de atividades em sala de aula, acompanhada de uma professora regente. A aluna pesquisadora, com a mediação da professora regente, observa as práticas de leitura e escrita dentro de uma sala de aula de alfabetização, o que é de grande valia para sua formação inicial. Segundo Vercelli (2013, p. 101):

os alunos pesquisadores apontam que é por meio da experiência que os conceitos teóricos fazem sentido. Ressaltam que a postura da professora regente os leva a apreender atitudes e comportamentos que, para eles, devem ou não ser incorporados por uma profissional de educação [...].

Trata-se de um momento ímpar, uma vez que grande parte dos alunos da graduação chegam para lecionar, depois de formados, sem um contato anterior com o ambiente escolar, desconhecendo a rotina e seus desafios. Dessa forma, o Programa Ler e Escrever desenvolvido pelas IESs contribui na formação de futuras professoras alfabetizadoras desde que a formação oferecida vá ao encontro de uma prática que possibilite a reflexão sobre as questões relacionadas ao processo de alfabetização e que respeite a diversidade que a escola apresenta.

A universidade como espaço privilegiado de difusão do conhecimento e de criação de novos conhecimentos deve mostrar à sociedade qual o seu papel, portanto, no caso do projeto Ler e Escrever, não cabe somente que os alunos pesquisadores participem dos encontros de formação, mas, principalmente, de levá-los a refletir que são suas ações que poderão suscitar mudanças no quadro que vivenciamos nas escolas públicas estaduais (VERCELLI, 2013, p. 89).

Portanto, entendemos o Programa como lócus privilegiado de formação inicial, já que permite à aluna pesquisadora a vivência empírica e, em contrapartida, cabe à IES, por meio das formações, assumir o papel de mediar a formação crítica desses futuros professores alfabetizadores.

É preciso que desde sua formação inicial o professor possa vivenciar essa experiência com a pesquisa, tendo por cenário a escola real, viva e pulsante para poder aprender a observar, descrever e analisar as situações de aprendizagem, a explicitar a prática por meio de registros escritos, a tomar consciência do que faz, a interiorizar procedimentos, a identificar e construir novos modelos de ação didática que se tornem produtivos para a aprendizagem dos alunos, a conviver com a heterogeneidade presente em toda sala de aula, a reformular sua prática quando necessário, enfim a comprometer-se com a própria formação. (LAURITI, 2013, p. 242)

A fala de Lauriti (2013) nos remete ao tripé em que toda universidade deve se pautar: ensino, pesquisa e extensão, portanto é relevante que essa parceria seja realizada em prol da profissionalização dos futuros professores e, conseqüentemente, do aperfeiçoamento da relação teoria e prática.

Quanto a isso Freire (2004, p. 22) ressalta que “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blábláblá e a prática, ativismo”. Para que isso não ocorra, entendemos o papel primordial que têm os professores formadores das alunas pesquisadoras nas IESs, portanto, os encontros de formação devem fazer consonância com a realidade que as APs vivenciam nas escolas para que eles possam compreender como o aluno aprende.

Durante as atividades nas salas de alfabetização, a aluna pesquisadora participa das atividades propostas que propiciem às crianças reflexão sobre o sistema de escrita e da leitura, contribuindo assim para o desenvolvimento de sua aprendizagem, uma vez que a língua é objeto social de conhecimento. No que diz respeito ao processo de alfabetização, se este for conduzido respeitando as potencialidades e as especificidades da criança pequena, trará melhores resultados.

Negrão (2012, p. 102-103) em sua dissertação “Programa Ler e Escrever: análise de uma proposta oficial para o tratamento da leitura” aponta que é papel da escola:

[...] proporcionar situações de práticas sociais de uso da língua escrita, aos quais seus alunos não têm acesso, para que, dessa forma, possam interagir intensamente com os textos dos mais variados gêneros, identificando e refletindo sobre os seus diferentes usos sociais, produzindo textos e, assim, construindo capacidades que lhes permitam participar das situações sociais pautadas pela cultura escrita.

Ferreiro (1995) entende a importância de o professor promover as mais variadas situações de leitura e escrita, pois, esses processos acontecem muito antes de a criança frequentar a escola.

A autora salienta que “[...] as crianças são alfabetizáveis desde que descubram, através de contextos sociais funcionais, que a escrita é um objeto interessante que merece ser conhecido (como tantos outros objetos da realidade aos quais dedicam seus melhores esforços intelectuais)” (FERREIRO, 2003, p. 25)

A criança, em processo de alfabetização, necessita vivenciar essa prática, e a escola é o espaço principal para que isso ocorra. “O acesso às práticas de leitura e de escrita é condição para a construção de conhecimentos sobre a língua e, para que haja aprendizagens nesse campo, é preciso que o aluno vivencie práticas de leitura e escrita significativas, ao longo de todo o 1º ciclo.” (SÃO PAULO, 2013).

Assim, o conhecimento prévio e as vivências da aluna pesquisadora devem ser levados em conta, pois, dessa maneira, podemos despertar o seu interesse no processo de ensino/aprendizagem. Segundo Decroly (1961) “[...] é evidente, para aquele que conhece a criança da escola primária, que o único trabalho de assimilação que está em harmonia com seus meios de pensar é aquele que se realiza em estreito contato com o real, com o verdadeiro” (DECROLY, 1961, *apud* LERNER & PIZANI, 1995).

A atividade só é significativa para a AP quando se aproxima de seus esquemas de assimilação<sup>3</sup>, necessitando ser suficientemente novidade para requerer acomodação, constituindo-se, assim, um desafio intelectual. Trata-se, portanto, da concepção construtivista, na qual o AP é sujeito do processo e o professor orientador assume o papel de mediador na construção do conhecimento.

Todos os atores envolvidos no Programa têm atribuições a serem cumpridas. De acordo com a Legislação, as Instituições de Ensino Superior, o professor orientador, o interlocutor administrativo, a Secretaria da Educação do Estado (SEE), a Fundação para o desenvolvimento da Educação (FDE), as Diretorias Regionais de Ensino (DRE) e as Unidades Escolares (UE) são responsáveis pela formação da AP, visando à organização e ao alcance da meta estabelecida pelo Programa Ler e Escrever.

Na legislação do Programa constam temas para serem abordados nas reuniões de formação com os alunos pesquisadores, entre eles: a importância da escolha da bibliografia a ser estudada; como serão feitas as orientações após o registro das observações e impressões

das alunas pesquisadoras; como prepará-las para atuarem em parceria com o professor regente; como será feita a escolha dos temas de pesquisa, bem como o acompanhamento do processo de desenvolvimento dessa aluna e, principalmente, leituras referentes aos processos de alfabetização e letramento.

No ano de 2011, 53 Instituições de Educação Superior firmaram convênio com a Secretaria do Estado da Educação, a saber: 48 IES privadas e 05 IES públicas. Percebe-se que a maioria das instituições públicas não aderiu ao Programa, fato este que nos leva à não credibilidade à proposta. E a adesão maciça por conta das instituições privadas pode evidenciar o fato do recebimento do pagamento das mensalidades em dia das alunas participantes pelos órgãos competentes.

Vale destacar que se trata de uma pesquisa didática de cunho qualitativo, na qual a aluna pesquisadora deve observar, registrar, analisar e refletir as práticas vivenciadas em sala de aula, sempre com a mediação do professor regente e do professor orientador da instituição na qual estuda, a fim de levar para as instituições formadoras os problemas relacionados à didática da alfabetização.

[...] A investigação didática tem ganhado cada vez mais importância na formação docente. Por meio de experiências concretas de investigação, da realização de pequenas indagações, da delimitação de problemas didáticos, da formulação de hipóteses, da análise de informações sobre determinado problema, os alunos pesquisadores aproximam-se dos procedimentos de investigação didática. O objetivo não é formar pesquisadores teóricos, e sim, bons professores. (SÃO PAULO, 2013).

Nesse sentido, em seu artigo “Formação docente: reflexões de alunos da pedagogia no Programa Bolsa Alfabetização”, Aparício (2013) aponta que, participando do projeto, as APs vivenciam empiricamente os percalços comuns das ações didáticas da alfabetização:

Para isso, a orientação é que os APs participem do cotidiano do processo de alfabetização de crianças, observando e atuando com os alunos, e a devida orientação do professor regente e supervisão do professor orientador, produzindo registros escritos e/ou audiogravados das situações observadas/vivenciadas nesse contexto (APARÍCIO, 2013, p. 102).

Assim, os registros servirão de ponto de partida para a reflexão das APs, bem como de material para a elaboração da pesquisa didática investigativa. Destacamos que o Programa propõe quatro temas que podem ser escolhidos de acordo com o foco da observação da AP, a saber: Rotina de leitura e de escrita; Leitura feita pelo professor; Produção oral com destino escrito e Cópia e ditado (ressignificação da cópia).

Aparício (2013, p. 100-101) ressalta que:

Com relação ao embasamento teórico, no entanto, o Programa Ler e Escrever e o Bolsa Alfabetização mantêm a orientação construtivista de alfabetização, assumida há pelo menos 25 anos pelo Estado de São Paulo, embasada nas contribuições teóricas e metodológicas, inicialmente publicadas em Psicogênese da língua escrita (FERREIRO; TEBEROSKY, 1985), amplamente divulgadas e recomendadas aos professores. [...].

Com essa premissa, o Programa Bolsa Alfabetização alinha as concepções de língua, de alfabetização e letramento, de ensino e aprendizagem da leitura e escrita, assumindo a ideia

de que alfabetizar significa muito mais do que ensinar a codificar e decodificar textos simples e, por isso, estar alfabetizado significa saber usar, de modo autônomo, os recursos da sua própria língua nas diferentes situações.

Compreendemos, então, que é necessário propiciar às crianças pequenas diversas situações de leitura e de escrita que levem à reflexão do sistema de escrita e aos usos e funções da língua. Portanto, “a escola e, sobretudo, o professor são responsáveis por inserir os alunos no universo da cultura escrita [...]”. (APARÍCIO, 2013, p. 101). Para tanto, iniciaremos a seguir uma discussão que nos permite observar a escola como espaço de alfabetização.

### AS FALAS DAS ALUNAS PESQUISADORAS

Das falas das alunas pesquisadoras entrevistadas emergiram seis categorias: formação; sondagem; postura das APs e das professoras regentes; avaliação; registro e relação teoria e prática. Dessas, a sondagem foi recorrente na fala de todas as APs, mostrando que as instituições de ensino relacionam essa prática diretamente com o Programa. A sondagem é fundamental e deve ser bem feita para que o professor alfabetizador possa avaliar a hipótese de escrita em que se encontram as crianças para traçar um plano de ação a partir de suas constatações. Destacamos que uma AP menciona o tema avaliação, aqui entendido como sondagem, já que o Programa Ler e Escrever a enxerga como um processo de caráter formativo e contínuo.

Sobre a categoria formação, destacamos:

“Não, a gente só tem umas reuniões de sábado que é de uma hora, uma hora e meia, mais ou menos, ela (a formadora) fala sobre como a gente tem que se comportar em sala de aula, mas não tem formação. Os encontros acontecem uma vez ao mês aos sábados” (AP – faculdade A).

“Quando tinha, pois aconteceu só nos primeiros semestres, foi uma vez na semana, às quartas-feiras, demorava cerca de 1h e meia. Mas não aconteciam todas as quartas-feiras. Teve semanas que eram seguidas, mas a maioria acontecia a cada quinze dias. Eu como comecei no projeto no 2º semestre do curso, logo de início não teve formação nenhuma. [...]” (AP – faculdade B).

“Sim, quando você entra no projeto e assina o contrato, já é dito que você tem que participar. São dois sábados por mês, das 9 às 16 horas” (AP – universidade C).

Observando a fala dessas APs à luz do regulamento que rege o Programa, percebemos que há uma divergência, já que o mesmo prevê reuniões semanais de formação nas quais devem ser discutidos todos os aspectos relevantes ao processo de alfabetização, além das questões vivenciadas na escola “real” para que as APs possam perceber que as diferentes realidades apresentadas dialogam também de formas diferentes e, por isso, as atividades devem ser adaptadas para cada caso.

Além disso, as IES devem apresentar à FDE um plano de trabalho no qual constam os temas que serão discutidos semanalmente ao longo do ano vigente. Diante do exposto, como será o plano de trabalho apresentado à FDE? Com base na fala das alunas, podemos inferir que se trata de um plano utilizado somente para cumprir tabela.

Vale ressaltar que o Governo do Estado de São Paulo disponibiliza recursos econômicos e materiais para que essa formação ocorra conforme o previsto; sendo assim, notamos que o dinheiro público tem sido utilizado de uma maneira que não contempla os pressupostos educacionais previstos.

No que se refere à sondagem, as alunas destacam:

“A formadora ainda não explicou pra gente o que é sondagem, disse que vai trazer uma aula só sobre esse assunto, mas ainda não explicou” (AP – faculdade A).

“Na formação, ela falava bastante sobre sondagem, era a única discussão que tinha na formação. [...] O restante da aula era sobre discussão de pagamento, pois não recebíamos nas datas certas, ficando dois ou três meses sem receber. [...] Falava do que podíamos fazer na sala de aula. [...]” (AP – faculdade B).

“Cada encontro tem um tema, o último que falamos foi sobre sondagem. Nesses encontros aprofundamos mais o que aprendemos em sala de aula (graduação), falamos sobre a disposição dos alunos na sala, como o professor organiza pelas hipóteses, como avaliar a aprendizagem dos alunos. Falamos também de avaliação, dificuldades de aprendizagem, como o professor deve se comportar na sala de aula e como nós temos que nos comportar” (AP – universidade C).

A sondagem foi mencionada por todas as APs quando questionadas sobre a formação que recebem nas IES. Cabe destacar que se trata de um tema relevante para as alunas pesquisadoras, pois é base da alfabetização e, portanto, faz-se necessária sua compreensão, já que estamos lidando com a formação inicial de futuras alfabetizadoras.

Outra categoria apontada é a postura das APs e das professoras regentes, conforme as falas abaixo:

“Ela (a formadora) fala como a gente tem que se comportar na sala de aula, não intervir nas atividades ou explicações da professora, só mesmo ficar como pesquisadora” (AP1 – faculdade A)

“Falava do que podíamos fazer na sala de aula. Tinha muitos debates assim: a professora não gosta que eu chegue no aluno, converse com o aluno, ela acha que tira sua autonomia, quais os nossos direitos, qual a postura dentro da sala de aula. A maioria da discussão era essa.” (AP 3 – faculdade B)

“Falamos também de avaliação, dificuldades de aprendizagem, como o professor deve se comportar na sala de aula e como nós temos que nos comportar.” (AP6 – universidade C).

*Observando a fala da AP 1*, podemos inferir que a própria formadora não está a par da legislação que rege o Programa, uma vez que esta aponta que uma das atribuições do aluno pesquisador é:

[...] Atuar, auxiliando o professor regente na elaboração de diagnósticos pedagógicos, quanto às hipóteses da escrita;

f) Planejar e executar, sempre em parceria com o professor regente, atividades pedagógicas, para serem desenvolvidas individualmente ou em grupo. (SÃO PAULO, 2013).

Isso pode gerar um desconforto, pois se a professora regente da sala na qual a AP 1 atua conhecer o Programa perceberá, rapidamente, a falta de formação ou de informação da aluna pesquisadora e da formadora. Já a professora que orienta a AP 2 tem um conhecimento mais aprofundado referente ao Programa, pois elabora atividades para serem trabalhadas na sala de aula, embora não deixe claro se a AP participa dessa elaboração.

Observando as falas há a preocupação das diferentes formadoras no que diz respeito à postura das APs nas salas de alfabetização, pois suas falas deixam claro que algumas reuniões de formação têm como pauta: a postura das APs e da professora regente perante as crianças.

Assim, entendemos que as formadoras, mesmo que inconscientemente, estimulam as APs a observarem a postura das professoras regentes, e este não é um fator privilegiado pelo Programa Ler e Escrever.

A categoria avaliação foi citada apenas por uma AP. Os guias de Orientação apontam a avaliação como um processo formativo e contínuo, no qual o professor observa alguns critérios, com base nas expectativas de aprendizagem, para avaliar as dificuldades e avanços dos seus alunos. A sondagem também é aqui entendida como uma avaliação, pois se trata de um instrumento que permite ao professor acompanhar todo o processo de aprendizagem de seu aluno.

Outro tema relevante que foi citado pelas APs refere-se aos registros realizados em sala de aula durante as atividades dos alunos; para tanto, obtivemos as seguintes respostas.

“A formadora manda a gente fazer um registro de algum momento de leitura na sala de aula, o que a gente achou, abordar alguma coisa importante que aconteceu, comentário de alguma criança, mas não pede relatório. Nós só falamos do que acontece na sala de aula, e não da teoria que aprendemos na graduação. [...]” (AP1 – faculdade A).

“[...] Em todo esse tempo de formação, eu nunca entreguei relatório, nem sondagem. Nunca foi cobrado de mim relatório ou sondagem, apesar da formadora dizer que era para fazer mensalmente e guardar em uma pastinha. [...]” (AP3 – faculdade B).

“[...] *Todo final de mês apresentávamos um relatório que ia para nossa orientadora e ali era relatado o que achávamos de mais interessante, algo que mobilizou, que aconteceu de relevante na escola*” (AP5 – universidade C).

As falas das APs, exceto a AP 5, indicam que não há uma preocupação por parte da formadora em instigar o conhecimento das alunas pesquisadoras, já que o registro é apenas do que ocorre na sala de aula, e não há uma reflexão crítica sobre as atividades propostas pela professora regente à luz da teoria. A AP 3 afirma que nunca lhe foi pedido um relatório. Dessa forma, não atende à Legislação do Programa que aponta como atribuição do aluno pesquisador o registro das atividades, constatações e reflexões sobre a prática observada nas salas de aula. Além da discussão, com o professor orientador, sobre esses registros à luz da teoria, já que a formação é o momento propício para refletirmos sobre a relação teórico-prática.

De acordo com o Regulamento, as APs deveriam desenvolver uma pesquisa de investigação didática com a mediação do professor orientador e, pelas falas das alunas, podemos dizer que a pesquisa de investigação didática não é desenvolvida

tal como é apontada pelo Programa oficial, pois elas afirmam que a formação ocorre em poucas horas mensais.

Destacamos a importância do registro de observação da empiria pelas APs, uma vez que esses registros servirão de base para a elaboração de um relatório pedagógico para a SEE/FDE. Madalena Freire (2008) ressalta que o registro permite a sistematização dos estudos realizados e das diferentes situações de aprendizagem vividas nas escolas. Para a autora, “[...] O registro é História, memória individual e coletiva eternizadas na palavra grafada. É o meio capaz de tornar o educador consciente de sua prática de ensino, tanto quanto o compromisso político que a reveste” (p. 59). Dessa forma, nos questionamos: como as IESs realizam esse relatório pedagógico, uma vez que não exige o registro reflexivo de suas APs? Podemos dizer, hipoteticamente, que o relatório encaminhado é feito pelo professor orientador, com as suas conclusões e não com as conclusões das observações reais realizadas pelas APs? Ou apenas com uma conversa informal nas poucas reuniões de formação, o professor orientador tem como saber as impressões e inquietações de todas as pesquisadoras de seu grupo?

Freire aponta que “[...] registrar não se esgota no puro ato de fixar com pormenores o observado tal qual para nós se deu. Significa também, e ao lado deste registro, arriscar-nos a fazer algumas observações críticas e avaliativas a que não devemos, contudo, emprestar ares de certeza” (FREIRE, 2015, p. 164).

Por fim, a categoria relação teoria e prática, que emergiu da seguinte pergunta: **se a formação possibilitava relacionar a teoria e a prática**, ao que elas responderam:

“Sim, agora, na graduação, ficou bem mais claro. Conforme as professoras trabalham nas salas com as crianças, na faculdade eu entendo melhor o que meus professores estão falando, consigo enxergar a relação da teoria com a prática e isto é muito bom porque a gente vivencia o que é ensinado na faculdade. Na minha concepção, o projeto é muito interessante e contribui bastante. A gente tem uma visão ampla do que é estar na sala de aula. Eu gostei muito e pretendo continuar no Projeto até o término da faculdade” (AP2 – faculdade A).

“Mais ou menos, pois a teoria é bem diferente da prática. O que eu acho que é bem semelhante é a alfabetização, o que aprendemos na disciplina. O restante eu não vejo muito na prática, acho bem diferente. Tudo que eu via na faculdade, no Bolsa isso não acontecia. [...]” (AP3 – faculdade B).

“Sem esses encontros não teria como me aprofundar. Aprendemos a teoria que é muito importante, mas precisamos da prática. Os formadores falam que a teoria é muito bonita, mas a prática é que vai nos ensinar como fazer, porque a gente não sabe como lidar com os alunos, com as dificuldades que eles têm, você vê a experiência do profissional, observa ele trabalhando no dia a dia, faz toda diferença para nossa formação. Acho importante os encontros de formação, pois nos direcionam no que devemos fazer” (AP6 – universidade C).

Tal como aponta Freire (2004, p. 38-39):

[...] é fundamental que, na prática da formação docente, o aprendiz de educador assuma que o indispensável pensar certo não é presente dos deuses nem se acha nos guias de professores que iluminados intelectuais escrevem desde o centro do poder, mas, pelo contrário, o pensar certo que supera o ingênuo tem que ser produzido pelo próprio aprendiz em comunhão com o

professor formador [...].

Dessa maneira, compreendemos a importância da relação teoria/prática para a formação inicial das APs, pois a possibilidade de refletirem suas vivências nas salas de alfabetização propicia a construção de sua profissionalidade. Para Freire (2015, p. 117) “a formação permanente das educadoras, que implica a reflexão crítica sobre a prática, se funda exatamente nesta dialeticidade de que venho falando, entre a prática e a teoria”.

É sob essa ótica que entendemos que a formação das APs deva ocorrer.

### CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, concluímos que o Programa Ler e Escrever desenvolvido pelas IES pode contribuir na formação das futuras professoras alfabetizadoras se elas tiverem a oportunidade de, nos encontros de formação, discutir os conceitos relacionados à alfabetização partindo das vivências nas escolas, das experiências das professoras regentes, pois tais aspectos propiciam a construção da identidade docente. Não podemos deixar de mencionar que a atitude delas diante do conhecimento também é fator preponderante para a construção da identidade docente; assim, também necessitam ir em busca de aportes teóricos que possam minimizar as dificuldades encontradas. Além disso, há um distanciamento entre as formadoras das IES e as professoras regentes promovido pela própria estrutura do Programa, o que fragiliza a formação das APs. A aproximação desse profissional contribuiria de modo mais significativo para a formação desses futuros professores, em um projeto mais articulado e integrado.

Para que não sejamos tolhidos de nossa autonomia como professores, entendemos que as atividades contidas nos materiais fornecidos pelo Programa Ler e Escrever deveriam ser usados levando em consideração a realidade de cada escola e de cada criança. O material oferece dicas e possui atividades muito valiosas que podem ou não ser utilizadas pelo docente em determinada ocasião. Além disso, as atividades podem ser ressignificadas de acordo com as necessidades de cada sala de aula.

As pesquisas de Negrão (2012), Reis (2012), Júlio (2012), Cunha (2012) e Vercelli (2012) concluíram que é necessário propiciar aos professores dos anos iniciais momentos de reflexão teórico-prática. Essa constatação vem ao encontro da presente pesquisa, pois entendemos que a teoria e a prática são ações importantes no processo de reflexão crítica e na formação da identidade docente.

A formação é o espaço privilegiado para que esse diálogo aconteça, pois as APs passam a ser o elo entre as IESs e as escolas públicas e, dessa forma, o registro reflexivo das observações empíricas e as discussões sobre o cotidiano escolar, à luz da teoria, possibilitam que as universidades tenham os instrumentos necessários a fim de propiciarem tanto a formação de futuras educadoras como o conhecimento da realidade que está posta nas escolas públicas.

### NOTAS

- 1 Utilizamos a palavra no feminino, pois entrevistamos somente mulheres.
- 2 José Serra (Partido da Social Democracia Brasileira - PSDB) assumiu o governo do Estado de São Paulo no ano de 2006.
- 3 Teoria psicogenética de Piaget. Para o autor a construção do conhecimento ocorre quando o indivíduo age, física ou mentalmente, sobre os objetos, provocando o desequilíbrio do conhecimento adquirido anteriormente.

## REFERÊNCIAS

**APARÍCIO**, Ana Silvia Moço. Formação docente: Reflexões de alunos de pedagogia no programa Bolsa alfabetização. **Educação e Políticas Públicas** – Fundação Carlos Chagas: v. 24, nº 55, 2013.

**CUNHA**, Luci Ana Santos da. Políticas Públicas e formação docente: a possibilidade de investigação didática no Programa Bolsa Alfabetização. **Revista Internacional d'Humanitats**. Universidade Autònoma de Barcelona, 2012.

**FERREIRO**, Emília. **Reflexões sobre alfabetização**. São Paulo: Cortez, 1995

\_\_\_\_\_. **Com todas as letras**. São Paulo: Cortez, 2003.

**FREIRE**, Madalena. **Educador**. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

**FREIRE**. Paulo. **Pedagogia da autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

\_\_\_\_\_. **Professora sim, tia não: cartas a quem ousa ensinar**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

**JULIO**, Edna. Políticas públicas de educação e formação do professor alfabetizador: o Projeto Bolsa Escola Pública e Universidade na Alfabetização Inicial. **Dissertação de Mestrado**. Universidade da Cidade de São Paulo (UNICID), 2012.

**LAURITI**, Nádia Conceição; MOLINARI, Simone Garbi Santana (orgs.). **Perspectivas da Alfabetização**. (Pedagogia de A a Z; vol. 01). Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

**LERNER**, Délia; PIZANI, Alicia Palacios de. **A aprendizagem da língua escrita na escola: reflexões sobre a proposta pedagógica construtivista**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

**NEGRÃO**, Thais Inácio. Programa Ler e Escrever: análise de uma proposta oficial para o tratamento da leitura (PUC-SP). **Dissertação de Mestrado**. Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP, 2012.

**REIS**, Helena Prestes dos. Alcances e limites do Programa Ler e Escrever: um estudo de caso na escola estadual Professora Cecília de Negri (UNISAL-SP). **Dissertação de Mestrado**. Centro Universitário Salesiano de São Paulo – UNISAL-SP, 2012.

**SÃO PAULO** (Estado). Secretaria da Educação do Estado de São Paulo In <http://lereescrever.fde.sp.gov.br>. Acesso em 22 de outubro de 2013.

\_\_\_\_\_. Comunicado SE – 86 de 20 de dezembro de 2007. Considerando as disposições da Resolução SE–86/2007 e torna pública as orientações para a implantação do Programa Ler e Escrever nas escolas da rede pública estadual. **Diário Oficial**, São Paulo, SP, publicado em 21 de dezembro de 2007.

\_\_\_\_\_. Resolução SE-86 de 19 de dezembro de 2007. Institui para o ano de 2008, O “Programa Ler e Escrever” no Ciclo I das Escolas Estaduais de Ensino Fundamental das Diretorias de Ensino da Coordenadoria de Ensino da Região Metropolitana da Grande São Paulo. **Diário Oficial**, São Paulo, SP, pág. 148 do vol. LX.

\_\_\_\_\_. Decreto nº 51.627 de 01 de março de 2007. Institui o Programa “Bolsa Formação – Escola Pública e Universidade”. **Casa Civil**, São Paulo, SP, publicado em 01 de março de 2007.

\_\_\_\_\_. Resolução SE nº 90 de 08 de dezembro de 2008. Dispõe sobre a expansão e aperfeiçoamento do Projeto Bolsa Escola Pública e Universidade na Alfabetização. **Diário Oficial**, São Paulo, SP, publicado em 09 de dezembro de 2008.

**VERCELLI**, Ligia de Carvalho Abões (org). **Educação não formal: campos de atuação** (Pedagogia de A a Z; vol. 11). Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

\_\_\_\_\_. Projetos sociais desenvolvidos em universidades da cidade de São Paulo: mapeamento e análise. **Tese de Doutorado** – Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Nove de Julho – UNINOVE, São Paulo, 2012.

**WEISZ**, Telma. *Formação, avaliação e políticas públicas. Conferência proferida durante o “I Simposio Internacional de los posgrados en Escritura y Alfabetización”*. Universidad Nacional de La Plata. Buenos Aires, 2010.

**ZEICHNER**, Kenneth M. Repensando as conexões entre a formação na universidade e as experiências de campo na formação de professores em faculdades e universidades. **Revista Educação**, Santa Maria, RS, v. 35, n. 3, p. 479-504, dez. 2010.

Recebido em 15/12/2016

Aprovado em 05/03/2017